



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 23/2021

PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2021

Normas de Etiqueta para participar do Pregão Presencial, em virtude da pandemia do Covid – 19:
• Cada participante deverá trazer o material que for utilizar (Ex: caneta, calculadora, álcool em gel, etc);
• Orientamos o uso de luvas de látex e máscara para a proteção individual de cada participante;
• Deverá ser evitada aglomeração e contato físico nas dependências do paço municipal, antes durante e depois do certame;
• Caso o representante tiver algum dos sintomas da Covid -19, orienta-se o envio dos envelopes sem a participação de representante de forma presencial, ou então, a substituição do credenciado;

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA, designado pelo **Decreto n. 2.164/2021**, comunica aos interessados que está promovendo o **Processo Licitatório de n.º 23/2021**, na Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por ITEM e **Presencial**, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n.º 01 contendo as “propostas de preços” e de n.º 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às **14h30min do dia 03 de fevereiro de 2021**, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

02. OBJETO e JUSTIFICATIVA

2.1 - Contratação de seguro pelo período de 12 meses para parte da frota de veículos e Máquinas do Município de Tunápolis, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

2.2 – JUSTIFICATIVA - A referida contratação visa assegurar os usuários, o patrimônio do município, bem como terceiros envolvidos em eventuais acidentes e outros danos.

03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- Estrangeiras que não funcionem no País.

04 - DA REPRESENTAÇÃO

04.1 - O representante da licitante, munido de documentos que o habilitem a participar deste processo licitatório, deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro antes do início da sessão pública.

04.2 - Cada empresa licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

04.3 - A empresa licitante poderá ser representada na sessão pública de licitação por seus administradores, munido de documento de identidade e do ato constitutivo da empresa (estatuto, contrato social ou alterações vigentes, declaração de firma individual, ou, ainda, do documento de eleição de seus administradores), devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, com indicação expressa dos poderes outorgados ao representante e a carta de credenciamento (modelo sugestivo no **Anexo II** deste Edital).

04.4 - Na ausência dos sócios ou administradores, a empresa licitante podrá ser representada por um procurador, que deverá apresentar **conjuntamente** os seguintes documentos:

I - documento de identidade ;

II - procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório em nome da licitante, deverá ter firma reconhecida;

III – Ato constitutivo da empresa, conforme descrito no item 04.3 deste Edital.

04.5 - A ausência de representante, a falta de apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento **não** impedirá a participação da licitante no presente certame, impedirá, porém, a manifestação ou apresentação de lances verbais no momento oportuno.

04.6 - A não apresentação ou incorreção dos documentos para o credenciamento poderá ser suprida até a abertura da sessão pública.

04.7 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

04.8 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um interessado.

04.9 - Os documentos mencionados nos Itens anteriores deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão, ou ainda pela apresentação da publicação original em órgão de imprensa oficial, ou reconhecido firma em Cartório.

05 - DO CREDENCIAMENTO

05.1 - Os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão juntamente com os envelopes n. 1 e 2, porém fora deles:

- a) **Declaração** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no *Anexo III* deste Edital);
- b) **Cartão do CNPJ** ou outro documento válido, que comprove o ramo de atividade da proponente (**para atender o item 3.1 do presente edital**).

05.2 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, os representantes de ME/EPP deverão credenciar-se apresentando Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, emitida dentro do ano corrente, e Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A referida Declaração somente será válida se for apresentada com data posterior ao lançamento do presente Processo Licitatório e com assinatura do administrador e contador responsável da empresa.

05.2.1 – No presente processo licitatório **NÃO** será concedido os benefícios constantes Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que estabelece o tratamento diferenciado para empresas enquadradas como MEI, ME e EPP, por ser desvantajoso para administração pública, representando prejuízo ao município, (Art. 49, inc. III da LC 123/2006).

06 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

06.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, a pregoeira receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

1) **PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2021**
PREGÃO PRESENCIAL N. 11/2021
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:
ENVELOPE N. 01 – Proposta de Preços

2) **PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2021**
PREGÃO PRESENCIAL N. 11/2021
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO: ENVELOPE N. 02 - Documentação

06.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

07. DA PROPOSTA DE PREÇOS

07.1 - A Proposta de Preços contida no Envelope n. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

07.1.1 - Emitida, de preferência por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

07.1.2 - Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

07.1.3 - Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando a **marca**, o valor unitário e total em algarismos, e total da proposta por extenso, em moeda corrente nacional. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, no caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente **duas casas após a vírgula**, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado.

07.1.4 - Apresentar **declaração (conforme modelo Anexo IV deste Edital)**, afirmando:

- que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital;
- que a proponente irá cumprir o item 11 integralmente.

07.1.5 - Conter prazo de validade da proposta de no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

07.2- Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

07.3 - A) Pregoeira considerará como formal, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

08. HABILITAÇÃO

08.1 - No envelope n. 02 – Documentação, deverá constar os seguintes documentos:

08.1.1 - Habilitação Jurídica

- Registro Comercial, no caso de empresa individual;



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da administração em exercício, com as alterações;
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

08.1.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente; ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas: A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em: prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.” (NR).

08.2 - OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PODERÃO SER APRESENTADOS EM:

- a) via original ou;
- b) cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor público do município de Tunápolis – SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial ou;
- c) documento com autenticação digital ou assinatura digital, sendo a validade conforme período disponível para conferência do mesmo.

08.2.1 - O Pregoeiro e a equipe de apoio poderão realizar consulta ao serviço de verificação de autenticidade dos documentos emitidos pela INTERNET e documentos com AUTENTICAÇÃO/ASSINTURA DIGITAL, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

08.2.2 - Caso a validade não conste no edital ou nos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

08.3 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Tunápolis devidamente atualizado, substituirá a documentação de habilitação referida nos itens n. 08.1.1 até 08.1.2, no caso de algumas das certidões negativas constantes no Certificado de Registro Cadastral vierem a vencer até a data da realização da Sessão Pública, a licitante deverá apresentá-las juntamente com o Certificado de Registro Cadastral.

08.4 - Os licitantes cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar **declaração conjunta**, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

- 08.4.2** - Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,
- 08.4.3** - Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- 08.4.4** - Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..
- 08.4.5** - Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
- 08.4.6** - Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

09. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

09.1 – Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados em atendimento aos itens **04.3** ou **04.4**, apresentarão a documentação constante no item **05.1** e entregarão os envelopes n. 01 e 02.

09.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital.

09.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço de cada item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

09.4 – Quando os preços finais propostos, forem considerados inexequíveis, o proponente vencedor terá o prazo de **24 horas**, para comprovar a viabilidade das propostas (por meio de notas fiscais e outros), firmadas por administrador e contabilista do proponente, e/ ou declaração formal, sob as penas da lei, firmada pelo(s) administrador(es) e contabilista no sentido de que os custos e despesas do proponente viabilizam os fornecimentos conforme proposto, sob pena de desclassificação.

09.5 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

09.6 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

09.7 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

09.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, de acordo com as especificações do Anexo I, a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

09.9 - Ocorrendo empate previsto no Art.44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 não será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

09.9.1 - Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

09.9.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 09.9.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 09.9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 09.9.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

09.9.3 – Para as situações previstas nos item 09.9 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

09.10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

09.11 - Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

09.12 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.13 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

09.14 - **As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.**

09.14.1 - **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.**

09.14.2 - **A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para entrega dos itens, ou revogar a licitação.**

09.15 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

09.16 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão Presencial, terá ele o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio da Pregoeira, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS

11.1 – **Das Condições de Entrega** – O secretário responsável irá solicitar ao vencedor, conforme homologação a apresentação da **APÓLICE DE SEGURO** contratada, do veículo solicitado.

11.2 – A **APÓLICE DE SEGURO** deverá ser entregue ao responsável do Município no prazo máximo de **10 dias** consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria.

11.3 - A apólice deverá ser apresentada com **MARCAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO** de todas as coberturas exigidas em cada item.

11.4 – A proponente vencedora terá o **PRAZO DE 48 HORAS** após homologação, para apresentar documento comprovando a cobertura dos veículos licitados. Sendo obrigatório apresentar a apólice no prazo constante no item 11.2.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

11.5 – O proponente vencedor deverá:

- a) fazer a coleta de dados dos veículos no município por meio de corretor ou outro designado;
- b) fazer a vistoria necessária por meio de corretor ou outro responsável habilitado.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE e VIGÊNCIA

12.1 - Da Forma de Pagamento

12.1.1 – O pagamento dos fornecimentos efetuados será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, em até 10 dias após a entrega da APÓLICE e apresentação do BOLETO DE COBRANÇA, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados.

12.1.2 – Somente será paga a APÓLICE, que estiver com todas as coberturas descritas e identificadas, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

12.1.3 - Somente será efetuado pagamento quando a empresa contratada apresentar a APÓLICE e o BOLETO dos itens vencedores.

12.2 - Do Reajuste

12.2.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

12.3 – Da Vigência:

12.3.1 – O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93.

13. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 - As despesas decorrentes na execução do presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021, sinteticamente pelos números do orçamento conforme abaixo: (PMT 03,07,16,30,4451,52,58,67,69,116,132,151,163,193,207,212,223,FMS:19,27,47,54,55).

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará a proposta de menor preço, seguindo o processo para homologação do resultado pela Autoridade Superior.

14.2 - Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, após o julgamento, a Autoridade Superior que, após apreciação do recurso adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

14.3 – Adjudicado e Homologado o objeto da presente licitação, o Município de Tunápolis - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 5 (cinco) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15. DA VENCEDORA

15.1 - RESPONSABILIDADE DA VENCEDORA

15.1.1 – A VENCEDORA assumirá todas as responsabilidades constantes na APÓLICE, e prestara toda assistência caso ocorra algum sinistro.

16. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos produtos entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro, próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da VENCEDORA.

b) efetuar o pagamento à VENCEDORA, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

17. DA INEXECUÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO:

17.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de desclassificar, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 18, deste Edital.

17.2 - A inexecução e a desclassificação serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

18. PENALIDADES

18.1 - À vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

18.2 – Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

19.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 4.238/2005.

19.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Proposta;
- ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;
- ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;
- ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando que os objetos atentem ao Edital;
- ANEXO V – Modelo de Declaração conjunta.
- ANEXO VI – Minuta do Contrato.

19.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

19.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

19.9 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

19.9.1 – Toda impugnação deverá ser protocolada no Departamento de Licitações.

19.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

19.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

19.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

19.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 36321122.

Tunápolis,SC., 21 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2021 PREGÃO PRESENCIAL N 11/2021

Cobertura de "Danos materiais e/ou corporais à passageiros", conforme a regulamentação do DETER / SC. O número de passageiros e dados dos veículos se encontram na descrição de cada item, para veículos com capacidade acima de 20 passageiros o valor de R\$ 3.079.608,00 e para veículos com a capacidade menor a 20 passageiros o valor de R\$ 1.539.804,00

Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	valor total
1	VEÍCULO ÔNIBUS VW/15.190 EOD E.HD ORE ANO/MODELO 2011/2011 CHASSI-9532882W7BR169203 PLACA- MJD3436 - 48 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 2.245,56	R\$ 2.245,56
2	VEÍCULO MICRO ÔNIBUS VOLARE MARCOPOLO/VOLARE V6 ON ANO/MODELO 2005/2006 CHASSI-93PB37D2M6C017395 PLACA-MHW2540 - 25 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 2.245,56	R\$ 2.245,56
3	VEÍCULO ÔNIBUS VOLARE MARCOPOLO/VOLARE V8L ESC ANO/MODELO 2009/2010 CHASSI-93PB42G3PAC031917 PLACA-MGS9969 - 39 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 2.245,56	R\$ 2.245,56
4	VEÍCULO MASTER /RENAULT BUS16 DCI ANO/MODELO 2008/2009 CHASSI-93YCDDUH59J169408 PLACA MFW7896 - 16 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.122,78	R\$ 1.122,78
5	VEÍCULO ÔNIBUS IVECO/CITYCLASS 70C17 ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI-93ZL68C01D8443013 PLACA-MKW7416 - 29 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 2.245,56	R\$ 2.245,56
6	VEÍCULO ÔNIBUS VW/15.190 EOD E.HD ORE ANO/MODELO 2013/2013 CHASSI-9532E82W5DR333155 PLACA- MLK2254 - 43 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 2.245,56	R\$ 2.245,56



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

7	VEÍCULO FIAT/DOBLO ESSENCE 7L E ANO/MODELO 2018/2019 CHASSI-9BD1196GDJ1146635 PLACA-OKD2630 7 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
8	VEÍCULO RENAULT/MASTER TCA AMB ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI-93YADC1H6DJ300830 PLACA-MKL6103 - 8 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.949,62	R\$ 1.949,62
9	VEÍCULO RENAULT/MASTER EURO AMB ANO/MODELO 2016/2017 CHASSI-93YMAFELCHJ464752 PLACA-QID6308 - 8 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.949,62	R\$ 1.949,62
10	VEÍCULO FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX ANO/MODELO 2008/2009 CHASSI-9BD11920581051377 PLACA-MDX8124 - 7 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
11	VEÍCULO RENAULT/MASTER THB VA ANO/MODELO 2009/2010 CHASSI-93YADCUH6AJ408414 PLACA- MHD8166 - 12 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.860,60	R\$ 1.860,60
12	VEÍCULO FIAT/DUCATO MULT JAEDI T ANO/MODELO 2015/2015 CHASSI-93W245H3RF2151098 PLACA-QHM2263 - 15 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 2.099,59	R\$ 2.099,59
13	VEÍCULO RENAULT/MASTER REVES MC ANO/MODELO 2020/2021 CHASSI- 93YMAF4XEMJ348600 PLACA- RAJ4166 - 9 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.085,35	R\$ 1.085,35
14	VEICULO I/MERCEDES BENZ/ SPRINTER/21P. 14 6CV ANO-MODELO 2018/2019 PLACA - QJQ7767 -	Und	1	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
15	VEÍCULO FIAT/DOBLO ESSENCE 7L E ANO/MODELO 2016/2017 CHASSI-9BD1196GDH1139145 PLACA-QIB1737 - 7 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
16	VEICULO FIAT DOBLO ESSENCE/ ANO/MODELO 2017/2018 CHASSI - 9BD1196GDJ1143516 PLACA-QIQ 4028 - 7 PASSAGEIROS	Und	1	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

TOTAL	R\$ 26.795,36
--------------	----------------------

TABELA DE COBERTURA:

DANOS MATERIAIS		R\$	200.000,00		
DANOS CORPORAIS		R\$	200.000,00		
APP - MORTE - POR ACIDENTE		R\$	30.000,00		
APP - POR INVALIDEZ - PERMANENTE POR ACIDENTE		R\$	30.000,00		
DMH		R\$	30.000,00		
VIDROS, PARABRISAS, LANTERNAS E FAROIS		COMPLETO			
ASSISTENCIA 24 HORAS		VIP			
FRANQUIA		REDUZIDA			
VALOR DO VEICULO		100% TABELA FIPE			
Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total (R\$)
17	VEÍCULO ÔNIBUS VW/15.190 EOD E.HD ORE ANO/MODELO 2011/2011 CHASSI-9532882W7BR169203 PLACA- MJD3436	1	1	R\$ 2.744,44	R\$ 2.744,44
18	VEÍCULO MICRO ÔNIBUS VOLARE MARCOPOLO/VOLARE V6 ON ANO/MODELO 2005/2006 CHASSI-93PB37D2M6C017395 PLACA-MHW2540	1	1	R\$ 2.744,44	R\$ 2.744,44
19	VEÍCULO ÔNIBUS VOLARE MARCOPOLO/VOLARE V8L ESC ANO/MODELO 2009/2010 CHASSI-93PB42G3PAC031917 PLACA-MGS9969	1	1	R\$ 2.744,44	R\$ 2.744,44
20	VEÍCULO MASTER /RENAULT BUS16 DCI ANO/MODELO 2008/2009 CHASSI-93YCDDUH59J169408 PLACA MFW7896	1	1	R\$ 1.867,22	R\$ 1.867,22
21	VEÍCULO ÔNIBUS IVECO/CITYCLASS 70C17 ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI-93ZL68C01D8443013 PLACA-MKW7416	1	1	R\$ 2.744,44	R\$ 2.744,44



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

22	VEÍCULO LOGAN/RENAULT EXP 16 ANO/MODELO 2011/2011 CHASSI-93YLSR7UHBJ797709 PLACA-MIH6696	1	1	R\$ 650,00	R\$ 650,00
23	VEÍCULO COROLLA/TOYOTA XEI 2.0 FLEX ANO/MODELO 2017/2017 CHASSI-9BRBDWHE2H0345034 PLACA-QIJ8192	1	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
24	VEÍCULO ÔNIBUS VW/15.190 EOD E.HD ORE ANO/MODELO 2013/2013 CHASSI-9532E82W5DR333155 PLACA- MLK2254	1	1	R\$ 2.744,44	R\$ 2.744,44
25	VEÍCULO CORSA CHEVROLET/CLASSIC LS ANO/MODELO 2013/2014 CHASSI-9BGSU19F0EB1194346 PLACA-MLL1116	1	1	R\$ 620,00	R\$ 620,00
26	VEÍCULO FIAT/PÁLIO WEEKEND ATTRAC 1.4 ANO/MODELO 2013/2014 CHASSI-9BD373121E5050356 PLACA-MLM4860	1	1	R\$ 664,00	R\$ 664,00
27	VEÍCULO FIAT/SIENA ESSENCE 1.6 ANO/MODELO 2014/2015 CHASSI-9BD197163F3212248 PLACA-MCU3906	1	1	R\$ 680,00	R\$ 680,00
28	VEÍCULO V/W SAVEIRO ABERTA CS ST MB ANO/MODELO 2015/2016 CHASSI-9BWKB45U2GP015001 PLACA-QHL7274	1	1	R\$ 650,00	R\$ 650,00
29	VEÍCULO FIAT/UNO DRIVE 1.0 ANO/MODELO 2018/2018 CHASSI-9BD195B4NJ0834573 PLACA-QJG9232	1	1	R\$ 543,04	R\$ 543,04
30	VEÍCULO FORD/KA SE AT 1.5 SD C ANO/MODELO 2018/2019 CHASSI- 9BFZH5457K8257501 PLACA- QJE0349	1	1	R\$ 791,22	R\$ 791,22



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

31	VEÍCULO FORD/KA SE 1.5 HÁ C ANO/MODELO 2018/2019 CHASSI-9BFZH55S7K824167 PLACA-QJD9309	1	1	R\$ 696,96	R\$ 696,96
32	VEÍCULO FIAT/DOBLO ESSENCE 7L E ANO/MODELO 2018/2019 CHASSI-9BD1196GDJ1146635 PLACA-OKD2630	1	1	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
33	VEÍCULO RENAULT/MASTER TCA AMB ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI-93YADC1H6DJ300830 PLACA-MKL6103	1	1	R\$ 1.600,38	R\$ 1.600,38
34	VEÍCULO RENAULT/MASTER EURO AMB ANO/MODELO 2016/2017 CHASSI-93YMAFELCHJ464752 PLACA-QID6308	1	1	R\$ 1.600,38	R\$ 1.600,38
35	VEÍCULO FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX ANO/MODELO 2008/2009 CHASSI-9BD11920581051377 PLACA-MDX8124	1	1	R\$ 1.177,22	R\$ 1.177,22
36	VEÍCULO RENAULT/LOGAN AUT 1016V ANO/MODELO 2007/2008 CHASSI-93YLSRORH8J950928 PLACA-MFW3318	1	1	R\$ 650,00	R\$ 650,00
37	VEÍCULO RENAULT/MASTER THB VA ANO/MODELO 2009/2010 CHASSI-93YADCUH6AJ408414 PLACA-MHD8166	1	1	R\$ 1129,40	R\$ 1129,40
38	VEÍCULO FIAT/DUCATO MULT JAEDI T ANO/MODELO 2015/2015 CHASSI-93W245H3RF2151098 PLACA-QHM2263	1	1	R\$ 1450,41	R\$ 1450,41
39	VEÍCULO VW/NOVO VOYAGE ANO/MODELO 2013/2014 CHASSI-9BWDB45U5ET111475 PLACA-MLR7638	1	1	R\$ 620,00	R\$ 620,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

40	VEÍCULO FIAT/DOBLO ESSENCE 7L E ANO/MODELO 2016/2017 CHASSI-9BD1196GDH1139145 PLACA-QIB1737	1	1	R\$ 820,00	R\$ 820,00
41	VEÍCULO FORD/KA SE 1.5 HÁ B ANO/MODELO 2018/2018 CHASSI-9BFZH55J2J8170934 PLACA-QJD1817	1	1	R\$ 751,11	R\$ 751,11
42	VEÍCULO RENAULT/LOGAN EXPR 16 M ANO/MODELO 2016/2017 CHASSI-93Y4SRD64HJ555754 PLACA- QHX8567	1	1	R\$ 620,00	R\$ 620,00
43	VEÍCULO RENAULT/MASTER REVES MC ANO/MODELO 2020/2021 CHASSI- 93YMAF4XEMJ348600 PLACA- RAJ4166	1	1	R\$ 1733,75	R\$ 1733,75
44	VEICULO I/MERCEDES BENZ SPRINTER/21P. 14 6CV ANO-MODELO 2018/2019 PLACA - QJQ7767 -	1	1	RS 3.500,00	RS 3.500,00
TABELA CONTRA TERCEIROS					
44	PATROLA 120K/ MARCA CATERPILLAR/MODELO (SERIE) CATO120KIJAP04762/ ANO 2013/ COR AMARELO/ MOTOR CATERPILLAR	1	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
45	PATROLA RG170B/ MARCA NEWHOLLAND/ MODELO (SERIE) NBAF09003/ ANO 2011/ COR AMARELO/ MOTOR CUMMINS	1	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
46	RETRO416E/ MARCA CATERPILLAR/ MODELO (SERIE) CAT04165TMFG08505/ ANO 2014/ COR AMARELO/ MOTOR CATERPILLAR	1	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
47	RETRO ESCAVADEIRA B95B-02/ MARCA NEW HOLLAND/ MODELO (SERIE) NDAH07675/ Nº DE IDENTIFICAÇÃO HBZNB95BPDAH07675/ ANO 2014/ COR AMARELO/ MOTOR CUMMINS	1	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

48	RETRO RD406/MARCA RANDON/ MODELO (SERIE) 9AD406AEAG0006579/ ANO 2016/ COR AMARELO / MOTOR MWM	1	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
49	VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE FORD/CARGO 2622 ANO/MODELO 2008/2008 CHASSI-9BFZCE9V98BB12055 PLACA-MGA9864	1	1	R\$ 366,00	R\$ 366,00
50	VEÍCULO CAMINHÃO/BASCULANTE VW/24.250 TRUQUE ANO/MODELO 2000/2000 CHASSI- 9BWY2RST3YRYO2175 PLACA- MBE3732	1	1	R\$ 367,00	R\$ 367,00
51	VEÍCULO CAMINHÃO /BASCULANTE M. BENZ/LK 1513 ANO/MODELO1986/1986 CHASSI-9BM345033GB720972 PLACA-LZU5016	1	1	R\$ 366,00	R\$ 366,00
52	VEÍCULO CAMINHÃO/BASCULANTE VW/26.220 EURO3 WORKER ANO/MODELO 2011/2011 CHASSI- 9533782U6BR130687 PLACA- MJK2132	1	1	R\$ 380,00	R\$ 380,00
53	VEÍCULO CAMINHÃO/PRANCHA FORD/CARGO 3133 6X4 ANO/MODELO 2016/2017 CHASSI-9BFZEB4J0HBS60606 PLACA-QID1997	1	1	R\$ 366,00	R\$ 366,00
54	VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO/VM 310 6X4R ANO/MODELO 2011/2011 CHASSI- 93KK0F0D9BE126517 PLACA-MJK2122	1	1	R\$ 366,00	R\$ 366,00
55	VEÍCULO CAMINHÃO/BASCULANTE VOLVO/M 330CV ANO/MODELO 2014/2014 CHASSI- 93KK0S1D5EE149149 PLACA-MLY3254	1	1	R\$ 366,00	R\$ 366,00
56	VEÍCULO CAMINHÃO M.BENZ BASCULANTE/ATRON 2729 K 6X4 ANO/MODELO 2014/2014 CHASSI-9BM693388EB962467 PLACA-OKE2315	1	1	R\$ 366,00	R\$ 366,00
TOTAL GERAL					R\$ 50.180,29



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2021 PREGÃO PRESENCIAL N 11/2021

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n. _____ e CPF sob n. _____, a participar da licitação instaurada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em ____ de _____ 2021.

Carimbo e Assinatura do Credenciante



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2021
PREGÃO PRESENCIAL N 11/2021

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no **item 08** do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2021.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO QUE OS OBJETOS ATENDEM AO EDITAL.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2021

PREGÃO PRESENCIAL N 112021

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N.
_____, declara sob as penas da lei:

- a) que as APÓLICES possuem todas as coberturas exigidas no edital;
- b) que a proponente irá cumprir o item 11 integralmente;
- c) que os responsáveis relacionados abaixo, irão atender de imediato as ligações/chamados em casos de sinistros.

Nome do responsável	Telefone para contato

_____, em ____ de _____ 2021.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a), DECLARA que:

- os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- não existe fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..
- não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
- não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

_____, em ____ de _____ 2021.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ANEXO VI

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS DEPTO DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES

MINUTA DE CONTRATO N°

PROCESSO LICITATÓRIO N° 23/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, n° 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n° 506.483, inscrito no CPF n° 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, n° 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente Contratante e de outro lado a empresa, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, com sede na, município de, neste ato representada pelo, inscrito no CPF/MF n.º, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas que compõem este contrato:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

.....

CLAUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A Contratada assumirá todas as responsabilidades constantes na APÓLICE, e prestara toda assistência caso ocorra algum sinistro, durante todo período de vigência das APÓLICES (360 dias).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O preço

O pagamento dos fornecimentos efetuados será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, em até 10 dias após a entrega da APÓLICE aprovada pelo Responsável e apresentação do BOLETO DE COBRANÇA, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados.

CLAUSULA QUARTA – DOS PRAZOS, VIGÊNCIA e REAJUSTE:

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início na assinatura do contrato **até**/...../2022, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo, e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA:

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto do presente contrato, será empregada a dotação do exercício de 2021 a seguir:
(PMT 03,07,16,30,4451,52,58,67,69,116,132,151,163,193,207,212,223,FMS:19,27,47,54,55).

CLÁUSULA SEXTA – INADIMPLEMENTO:

Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

A rescisão deste contrato poderá ocorrer por iniciativa de qualquer uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, mediante circunstanciada justificativa, ou por qualquer dos motivos constantes no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, à perfeita execução do serviço com vistas a execução do objeto deste contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada deverá prestar toda assistência caso ocorra algum sinistro, conforme responsabilidades constantes na APÓLICE, e exigências do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO:

Nos termos da legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão n.º 23/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

Este contrato vincula-se ao Edital de Pregão Presencial n.º 23/2021 para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES:

O descumprimento de cláusula(s) deste contrato de parte da contratada, ou seja, por iniciativa da comissão permanente de licitação do contratante, ou o Chefe do Poder Executivo, aplica-se as seguintes penas:

- Advertência;
- Aplicação de multa da ordem de 10% do valor deste contrato;
- Proibição para licitar e contratar com o município de São José do Cedro por 2 anos da data da ocorrência do fato gerador; e
- Declaração de inidoneidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

Fica eleito o foro de Itapiranga – SC para dirimir questões decorrentes da execução deste termo de contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela emenda constitucional n.º 19/98.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo que também o firmam.

Tunápolis.,SC _____ de _____ de 2021.

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS
MARINO JOSÉ FREY
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
